CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS**Aviso****Chefe da Divisão de Administração Geral e Actividades Económicas**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, pelo meu despacho n.º 22/2006, de 20 de Novembro, no uso da competência prevista na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delegada pelo presidente da Câmara, através do despacho n.º 52/2005, de 3 de Novembro, proferido nos termos n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local por força do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterada pela Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, nomeio, por urgente conveniência de serviço, chefe de Divisão de Administração Geral e Actividades Económicas, para exercer em comissão de serviço pelo período de três anos, o Dr. Pedro José Sousa da Mota Barbosa.

Currículo síntese

Licenciatura em Administração Autárquica;
MBA Executivo em Gestão Autárquica, equiparado a uma pós-graduação.

Formação profissional em áreas em que integram as tarefas do cargo a prover:

Curso de Administração Autárquica;
Curso Integrado de Administração Local;
Curso de aperfeiçoamento sobre o Decreto Regulamentar 92 e 84 de 28 de Dezembro;
Iniciação à informática;
Expropriações por utilidade pública;
Conceitos básicos de informática, Tower — operação do sistema, Tower — administração do sistema;
Consulta de bases de dados;
XVII Colóquio — Póvoa do Varzim/97, Associação dos Técnicos Administrativos Municipais;
Seminário — A Regionalização — atribuições, competências e meios das Regiões;
Seminário — O metro de superfície na área metropolitana do Porto: que consequências para a Região;
1.ªs Jornadas da Escola Superior de Gestão — Público e Privado: desafios de gestão;
Inventário e património das autarquias locais;
Seminário — Código do imposto de selo;
3.ªs Jornadas da Escola Superior de Gestão: Público e Privado — tempos de mudança;
Modernização e qualidade nas autarquias;
A renovação da estrutura da administração pública e os desafios actuais;
Gestão dos recursos humanos nas autarquias;
Regulamento geral do ruído — Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro;
Avaliação de desempenho profissional nas autarquias;
V Jornadas da Escola Superior de Gestão: Público e Privado — Novas (re)formas;
Certificação para a qualidade na administração pública: casos de sucesso;
Relacionamento entre autarquias e imprensa;
Seminário de Alta Direcção em Administração Local.
Experiência profissional na área municipal para a qual é feito o recrutamento, desde 31 de Março de 2000.

20 de Novembro de 2006. — O Vereador, com competência delegada, *Félix Falcão Araújo*.
1000308737

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE**Aviso n.º 741/2006****Contratação a termo certo**

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, torna-se público

que, por deliberação de Câmara na sua reunião de 27 de Novembro de 2006, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo, nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com o seguinte trabalhador:

Tiago Filipe Augusto Fernandes — técnico superior de educação física e desporto, pelo prazo de um ano, a iniciar no dia 28 de Novembro de 2006 e termo no dia 27 de Novembro de 2007, sem renovação, com a remuneração de 1287,68 euros, a que corresponde o escalão 1, índice 400, acrescido de subsídio de refeição no valor de 3,95 euros/dia.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 3, alínea *g*), do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

28 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.
1000308719

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**Aviso****Alteração ao alvará de loteamento urbano n.º 12/93, sito no Cabeço de São Bartolomeu, Bragança**

Para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação tomada em R. C. de 27 de Novembro de 2006, decorrerá um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da sua publicação, durante o qual poderão os interessados apresentar quaisquer reclamações, sugestões ou informações, sobre quaisquer questões, que possam ser consideradas no pedido de alteração ao alvará de loteamento urbano n.º 12/93, sito na zona de São Bartolomeu, freguesia da Sé, em Bragança, no que se refere aos lotes n.ºs 72 e 73, propriedade de Cristina de Fátima de Lima Afonso Mesquita Trigo Alves e Óscar Alberto e Castro de Freitas Alves, no sentido de lhe ser permitida a junção dos dois lotes, para a edificação de uma moradia unifamiliar do tipo isolada e a construção de uma piscina no logradouro, resultando um lote com a área de 795 m², mantendo-se todas as especificações do alvará de loteamento.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, na Divisão de Urbanismo das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 às 16 horas.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados por particulares deverão ser entregues no N. A. A. da Divisão de Urbanismo.

29 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*.
1000308720

CÂMARA MUNICIPAL DO CARTAXO**Aviso n.º 169/2006****Concurso interno de acesso geral**

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho, no uso da competência que me foi delegada pelo presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, datado de 15 de Novembro do ano em curso, se encontra aberto concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento de um lugar de técnico superior assessor principal que se encontra vago no quadro desta autarquia.

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e respectivas alterações, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido para a vaga indicada, caducando com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — o constante no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, publicado no *Diário de República*, 1.ª série, n.º 160, de 15 de Julho de 1985.

5 — O local de trabalho será na área do município e as funções a desempenhar serão na Divisão de Administração e Finanças.

6 — A remuneração será a que resultar da aplicação do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — Requisitos de admissão ao concurso — são requisitos gerais de admissão ao concurso os constantes no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

São requisitos especiais de admissão ao concurso os referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

8 — Condições de candidatura — poderão candidatar-se todos os funcionários das entidades abrangidas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam, de entre técnicos superiores assessores com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom* e que reúnam os demais requisitos, a que se refere o ponto 7 deste aviso.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, podendo ser entregues pessoalmente, na Repartição de Recursos Humanos, no período de expediente (das 9 horas às 17 horas e 30 minutos), ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, para Câmara Municipal do Cartaxo, Praça de 15 de Dezembro, 2070-050 Cartaxo, expedidas até ao termo do prazo fixado neste aviso, para apresentação de candidaturas, devendo constar do mesmo a indicação dos seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, morada completa, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade, número fiscal de contribuinte e número de telefone);

b) Habilitações académicas;

c) Identificação do concurso a que se candidata, devendo referir o *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso;

d) Declaração, em alíneas separadas, no próprio requerimento sob compromisso de honra, sobre a situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das condições a que se referem as alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, pelo que ficam dispensados de apresentação dos respectivos documentos, e bem assim, quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou possam constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em conta pelo júri, se devidamente comprovados;

e) Deve constar ainda do requerimento a experiência profissional, a menção da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na função pública, na carreira e na categoria, o escalão e o índice de vencimento reportados à data do termo do prazo de apresentação das candidaturas;

f) Classificação de serviço obtida na categoria de técnico superior assessor.

9.1 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) Fotocópia do bilhete de identidade, fotocópia do número fiscal de contribuinte, documento comprovativo das habilitações académicas;

b) Declaração emitida pelos serviços competentes, comprovativa das situações referidas nas alíneas e) e f) do n.º 9, se não for funcionário do município do Cartaxo;

c) *Curriculum vitae* detalhado datado e assinado, elaborado de acordo com o n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.2 — Os candidatos funcionários do município do Cartaxo ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) e b) do ponto 9.1 deste aviso, por se encontrarem arquivados no seu processo individual, devendo mencionar esse facto no requerimento.

9.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

10 — Métodos de selecção — o método de selecção a utilizar no concurso será a avaliação curricular.

10.1 — A avaliação curricular será graduada de 0 a 20 valores, sendo eliminatória para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

11 — Os critérios de avaliação e factores de ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão da acta da reunião do júri do concurso, a realizar para o efeito, a qual será facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

12 — A classificação final será a correspondente à que for obtida no método de selecção, sendo excluídos os candidatos que obtiverem classificação final inferior a 9,5 valores.

13 — Publicitação das listas:

A relação de candidatos admitidos será afixada na Repartição de Recursos Humanos, no edifício dos Paços do Município e poderá ser consultada durante as horas normais de expediente, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, não havendo candidatos excluídos, ou então após a conclusão do procedimento previsto no artigo 34.º, desde que haja candidatos excluídos. Estes serão notificados por ofício registado, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º ou nos termos da alínea b) do mesmo artigo, através de publicação no *Diário da República*, conforme o número de candidatos.

A lista de classificação final é notificada aos candidatos nos termos das alíneas a) e b) do artigo 40.º, consoante o número de candidatos, e para os efeitos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

14 — O júri do concurso será constituído da seguinte forma:

Presidente — Dr.ª Rute Isabel Ribeiro Ouro, vereadora.
Vogais efectivos:

Dr. Pedro Miguel Magalhães Ribeiro, vice-presidente da Câmara.
Engenheiro Bento António Girio Tanganho, chefe da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais.

Vogais suplentes:

Engenheiro Francisco José Camoéz Jarego Leal, engenheiro civil assessor principal.

Engenheiro José Carlos Correia Tavares Cláudio, técnico superior assessor principal.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

22 de Novembro de 2006. — O Vereador, com delegação de competências, *Francisco Casimiro*. 1000308725

Aviso n.º 171/2006

Transferência de funcionário

Para os devidos efeitos se torna público que, após decisão favorável do serviço de origem, por meu despacho de 20 de Novembro de 2006, no uso da competência que me foi delegada pelo presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizei a transferência do funcionário, da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, António João Fernandes Lourenço, para esta autarquia, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as respectivas alterações, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para um lugar vago do quadro de pessoal desta autarquia, de topógrafo especialista principal.

Mais se torna público que o referido funcionário deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Vereador, com delegação de competências, *Francisco José Silvério Casimiro*. 1000308727

Aviso n.º 173/2006

Para os devidos efeitos se torna público, que por meu despacho de 29 de Setembro de 2006, foi concedida, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, licença sem